

**"O HISSOPE" NO BRASIL MODERNISTA: CONFLITOS, DISCURSOS E
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA ATRAVÉS DA LITERATURA
(1932-1953)**

Andrezza Alves Velloso¹

Resumo: Escrito no final da década de 1760, O Hissope foi consagrado na história da literatura portuguesa pelo seu suposto caráter revolucionário por intelectuais como Almeida Garrett, Camilo Castelo-Branco, Ferdinand Denis, Joaquim Manuel Pinheiro Chagas e Teófilo Braga ao longo do século XIX. Contudo, o reconhecimento conferido à obra não se aplica ao autor, António Dinis da Cruz e Silva, que frequentemente dividia a opinião de intelectuais devido às funções jurídicas que exerceu em Portugal e no Brasil durante toda sua vida. O presente artigo visa compreender as análises do poema e de seu autor no Brasil e como isso movimentou um diálogo entre intelectuais brasileiros e portugueses através de publicações literárias e jornalísticas que se deram na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Modernismo, Arcadismo Lusitano, Hissope, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira.

**"THE HISSOPE" IN MODERNIST BRAZIL: CONFLICTS, DISCOURSES AND
CONSTRUCTION OF BRAZILIAN IDENTITY THROUGH LITERATURE (1932-1953)**

Abstract: Written in the late 1760s, *The Hissope* was enshrined in the history of Portuguese literature for its supposed revolutionary character by intellectuals such as Almeida Garrett, Camilo Castelo-Branco, Ferdinand Denis, Joaquim Manuel Pinheiro Chagas and Teófilo Braga throughout the 19th century. However, the recognition given to the work does not apply to the author, António Dinis da Cruz e Silva, who often divided the opinion of intellectuals due to the legal functions he exercised in Portugal and Brazil throughout his life. This article aims to understand the analysis of the poem and its author in Brazil and how this moved a dialogue between Brazilian and Portuguese intellectuals through literary and journalistic publications that took place in the first half of the 20th century.

Keywords: Modernism, Lusitanian Arcadism, Hissope, Portuguese Literature, Brazilian Literature.

O Hissope, poema herói-cômico escrito por António Dinis da Cruz e Silva, relata a querela entre o Bispo D. Lourenço de Lancastre e o deão da Sé de Elvas, Jozé Carlos de Lara, na década de 1760. Segundo argumento do autor,² o líder religioso obrigava a todos os deões do referido cabido a lhe prestarem a lisonja de preparar os materiais necessários para o seguimento da liturgia em submissão ao alto cargo na Igreja Católica que Lancastre ocupava.

¹ Graduada em História, pós-graduada em Análise e Gestão do Patrimônio Cultural e mestranda em História, pela linha de História e Culturas Políticas, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O presente artigo está inserido no escopo de pesquisa em desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob orientação de Ana Paula Sampaio Caldeira (UFMG) e financiamento pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail para contato: andrezza.velloso@gmail.com.

² Presente em todas as edições impressas e manuscritas do poema, localizadas a partir de levantamento realizado que identificou no total 122 exemplares que contemplam todas as edições conhecidas do poema. O referido levantamento compôs uma das etapas da pesquisa documental realizada para a elaboração da supracitada dissertação em andamento.

Carlos de Lara, que não via fundamentação religiosa para a existência de tal imposição, procurou a Metropolitana de Évora para questionar as atitudes do bispo. Sem sucesso em sua reivindicação, cumpriu os caprichos do bispo até o fim de sua vida.

Sob a interpretação de Cruz e Silva, que à época atuava como juiz na pequena cidade do Alentejo português, o conflito exemplificava a corrupção presente no corpo clérigo de Portugal e deveria ser anunciado através dos versos para que se corrigissem os maus hábitos da Corte.³ A obra rapidamente foi censurada em Portugal, que chegou a instituir um decreto condenando a um exílio de 10 anos na África aqueles que possuísem cópias do manuscrito (CARVALHO, 1921). Entretanto, isso não impediu que a obra circulasse entre leitores e copistas que, dentre as diversas redes de sociabilidades que existiam naquele momento, ajudaram o poema a extrapolar os limites regionais e alcançar o território francês no início do século XIX. A primeira publicação parisiense⁴ impressa d'*O Hissope*, em 1802, dá início a uma série de edições francesas que desafiavam os órgãos censores de Portugal na difusão dos versos de Cruz e Silva nas primeiras décadas dos mais de 250 anos de existência da obra.

A longevidade do poema deve-se não apenas às quase quarenta edições publicadas entre 1802 e 2006, mas também ao trabalho de intelectuais e mediadores culturais que alocaram os versos de Cruz e Silva no cânone da Literatura Portuguesa. Contudo, as questões acerca do processo de construção de uma História da Literatura em Portugal e como *O Hissope* estaria alocado nela são objetos da minha dissertação, ainda em desenvolvimento, e não poderão ser devidamente contempladas neste artigo. Proponho-me, por hora, a apresentar algumas reflexões que surgiram a partir da análise da recepção da obra em território brasileiro e foram compartilhadas em comunicação realizada no Simpósio Temático *História e Linguagens: Literatura, Biografia e Teoria da História*, que ocorreu na 9ª edição do Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais (EPHIS/UFMG). A temporalidade

³ Conforme apontado por Jorge Antonio Ruedas de La Serna (1995), a Arcádia Lusitana (fundada por Cruz e Silva, António Correia Garção, Teotonio Gomes de Carvalho, Esteves Negrão e Domingos dos Reis Quita, em 1756) visava denunciar as práticas corruptas no sistema em voga, usualmente feita através de poesias e composições líricas. Os árcades, ainda sob concepção de La Serna, integravam o diverso e complexo conjunto de vozes que conjecturavam uma reforma política e cultural para aquele país após o Terramoto de 1755. Ocorrido em 01 de novembro de 1755, o abalo foi responsável pela destruição (quase completa) da capital portuguesa, pois, somado ao maremoto ocasionado pelo sismo, provocou inúmeros incêndios em Lisboa; comprometendo grande parte da documentação existente até aquele período. Vanda Anastácio (2007) corrobora com o argumento ao propor que o acidente foi interpretado na época como um sinal divino para a adoção de uma nova regra social, conferindo a Portugal um interessante período de florescimento artístico e cultural que foi conduzido por uma elite ilustrada.

⁴ Publicada sob falsa tipografia londrina, a edição de 1802 foi elaborada por editores portugueses que residiam em Paris – supostamente a partir de manuscrito enviado por Francisco José da Silveira Falcato (PINHEIRO, 2002). O falso selo londrino na capa (e a omissão de editores ou casas tipográficas responsáveis pela publicação) foi uma estratégia para enganar os órgãos censores portugueses e garantir que a obra entrasse em território português. A edição foi censurada em 1803, quando Pina Manique (re)conheceu seu conteúdo.

proposta para este texto compreende o Brasil dos anos de 1932 a 1953, concentrando meu foco no período do modernismo brasileiro e em como alguns integrantes do movimento compreendiam o poema de Cruz e Silva; recortes não contemplados na supracitada pesquisa em andamento. As proposições aqui apresentadas dependerão de maiores pesquisas para a definição de certas conclusões, portanto meu objetivo é o compartilhamento de algumas inquietações particulares e iniciais.

A consagração de uma obra: a história do livro *O Hissope*

Começou com um gesto de amizade, na então pequena Sé de Elvas,⁵ localizada em Elvas – região do Alentejo, em Portugal. O deão Jozé Carlos de Lara demonstrava o afeto que sentia pelo bispo D. Lourenço de Lancastre, que considerava seu amigo, preparando para ele os instrumentos necessários para auxiliar no ritual litúrgico que o bispo conduzia mensalmente na Igreja. D. Lourenço de Lancastre, por sua vez, interpretou a homenagem como sinal de submissão devido ao alto cargo que ocupava na Igreja Católica e assim “reinava a doce paz na sancta Igreja” (CRUZ E SILVA, 1802). O deão logo percebeu que seu gesto era mal interpretado pelo bispo e cessou a lisonja. Indignado com a recusa de Carlos de Lara em dar seguimento à homenagem, D. Lourenço de Lancastre decretou uma lei obrigando que todos os deões do presente cabido lhe preparassem o hissope,⁶ como sinal de respeito. As tentativas de suspensão do decreto junto à Metropolitana de Évora não foram bem-sucedidas e o deão foi obrigado a cumprir tal imposição até o fim de sua vida.

O sucessor ao cabido foi o sobrinho de Carlos de Lara, Ignacio Joaquim de Alberto de Matos, que, sabendo da injustiça cometida contra seu tio, se recusou a prestar a homenagem ao bispo e enviou um requerimento à Coroa Portuguesa em Lisboa, buscando o fim do decreto infundado. Conforme apontado pelo autor do poema, D. Lourenço de Lancastre (possivelmente temendo uma repreensão da Corte) queimou todos os documentos que pudessem culpá-lo de tal feito e negou tudo perante o Tribunal. O decreto nunca mais foi exigido, mas Alberto de Matos sofreu perseguições locais durante todo o seu tempo de atuação como deão em Elvas.

⁵ Atualmente conhecida como Igreja de Nossa Senhora da Assunção, patrimônio cultural da cidade de Elvas, em Portalegre – Portugal.

⁶ Nativa da Europa Meridional, hissope é uma planta herbácea utilizada como erva aromática, medicinal e como material que aspergia água benta nos rituais litúrgicos da Igreja Católica. Atualmente, *hissope* também se refere ao objeto metálico e oco que também possui tal utilidade litúrgica (DICIONÁRIO Oxford, 1990).

Isso tudo ocorreu durante a década de 1760, um pouco antes da chegada de um recém-nomeado juiz, António Dinis da Cruz e Silva, à cidade. O magistrado e poeta lisboeta era formado em Direito pela Faculdade de Coimbra e, desde os 28 anos de idade, seguia na carreira jurídica atendendo às determinações da Coroa Portuguesa. As razões que levaram Cruz e Silva a atuar em uma cidade tão distante de Lisboa são questionáveis e compõem uma série de fatos que envolveram a fragmentação da academia literária da Arcádia Lusitana em Portugal. Segundo biografia do jurista elaborada por Teófilo Braga (1870), a evidente censura pombalina ao movimento literário e o isolamento em Elvas ocasionaram um momento conturbado para o letrado, uma vez que “a vida em Elvas não era fácil por causa das parcialidades e antagonismos que reflectiam a dissidência entre o Governador das Armas, Manoel Bernardo de Mello e Castro, e o Bispo D. Lourenço de Lancastre, de orgulhosas prosápias” (BRAGA, 1870, p. 570).

Foi neste momento que Cruz e Silva tomou conhecimento sobre a querela entre Carlos de Lara e D. Lourenço de Lancastre. Apesar de não terem sido identificados indícios que apontem para algum envolvimento jurídico de Cruz e Silva com o caso, biografias como a de Ferdinand Denis (1826; 1867), Teófilo Braga (1870) e Rodrigo Velloso (1876) tendem a acreditar que o jurista soube do ocorrido por causa de um possível diálogo que teve com os demais juízes que atuavam na cidade – principalmente aqueles que trataram de tal demanda.⁷ Além disso, por tratar-se de uma pequena cidade isolada do país, tende-se a acreditar que o *causo* facilmente circularia entre os círculos de sociabilidade dos habitantes de Elvas até que o autor tomasse conhecimento.

Seja como for, a querela foi transformada em um poema herói-cômico de oito cantos⁸, intitulado *O Hissope*, que denunciava a vaidade presente nos representantes da Igreja Católica e os malefícios que ela poderia causar para o Estado Português. O teor crítico e satírico da obra rapidamente atraiu leitores ávidos por uma reforma sociopolítica em Portugal e movimentou a cultura intelectual elvense. As leituras em praças públicas e os manuscritos começaram a se multiplicar, conferindo fama ao poema que começou a circular entre os letrados da região até romper a bolha local e alcançar Lisboa.

⁷ Segundo estudos da bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro (2002), Francisco José da Silveira Falcato é apontado como o desembargador responsável pela difusão do poema entre os letrados que residiam em Elvas naquele período. A nota biográfica apresentada por Rodrigo Velloso na edição de 1876 de *O Hissope*, indica que a casa de Silveira Falcato foi ponto de encontro de poetas e juristas, onde Cruz e Silva “também ali se achava quase cotidianamente”. VER: VELLOSO, Rodrigo. Aviso do editor. In: CRUZ E SILVA, António Dinis da. *O Hyssope*: poema heroe-comico em 8 cantos. Barcellos: Typ. da Aurora do Cavado, 1876, p. V-XLIV.

⁸ A composição original, conforme indicado em manuscrito datado em 1768, contava com seis cantos. O poema, contudo, passou por inúmeras correções e aperfeiçoamentos feitos por Cruz e Silva, resultando na edição amplamente conhecida de oito cantos. A filóloga Ana María García-Martín (2004) alerta ainda para a existência de uma edição do poema com nove cantos, mas tal cópia foi desconsiderada por não apresentar evidências suficientes que atestassem a participação do autor na composição do suposto nono canto.

A crítica de Cruz e Silva não foi bem recebida pela capital, que rapidamente censurou o poema. Enquanto quase todas as cópias dos manuscritos eram recolhidas e destruídas por Diogo Inácio de Pina Manique, sob aval do Marquês de Pombal e justificativa de intensa relação com a ideologia revolucionária francesa, Cruz e Silva foi nomeado Desembargador da Relação do Rio de Janeiro em 1774 – posição que o colocou a um oceano de distância de Portugal. Quase 20 anos depois, em 1792, Cruz e Silva assumia o cargo como Chanceler da Relação do Rio de Janeiro. Logo após à nomeação, foi convocado como juiz agravante para participar do julgamento dos inconfidentes Tomás António de Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga Peixoto. Os três réus eram, além de integrantes ativos da revolução ocorrida em Minas Gerais, poetas árcades brasileiros que articulavam na literatura a disseminação do ideal de emancipação de Vila Rica e possuíam proximidade com Cruz e Silva (TEIXEIRA, 1999). Junto à autoria d'*O Hissope*, este seria um dos momentos marcantes na memória sobre o jurista.

O empenho dos agentes censores não foi suficiente para impedir a circulação da obra. *O Hissope* nasceu da verve poética de Cruz e Silva, encontrou forma pelas letras de Francisco José da Silveira Falcato e ganhou vida nas múltiplas leituras e apropriações daqueles que eram apresentados aos versos. Mas foi apenas quando encontrou o solo francês que a obra alcançou o reconhecimento internacional que possui atualmente (PINHEIRO, 2002).

O Hissope era conhecido pelos órgãos de censura e a veiculação do material já havia sido razão de muitas prisões no final do século XVIII (CARVALHO, 1921). O ideal era investir na publicação fora do território português, onde a censura não conseguiria extinguir o poema. Pouco depois da morte de Cruz e Silva, em respeito ao que foi estabelecido pelo Estatuto da Arcádia,⁹ Silveira Falcato teria enviado o poema para alguns editores portugueses que residiam na França no início do século XIX (VELLOSO, 1876). Desde então, a obra foi marcada por um extenso histórico de edições e reedições francesas que a elevaram ao posto de reconhecimento que ocupa atualmente.

A predileção pelos franceses não se dá em vão. O século XIX é marcado por uma Paris que era considerada o centro das letras e das artes, se transformando em um palco atrativo para letrados e artistas de todos os países – principalmente aqueles que vinham de lugares onde o exercício artístico não podia ser livremente praticado (COOPER-RICHET, 2009). Logo seria

⁹ Conforme previsto pelo Estatuto da Arcádia, só poderia haver publicações das obras produzidas por seus poetas após o falecimento deles – reforçando a ideia de que a academia possuía grande preocupação em proteger a atuação profissional de seus autores, discernindo-os tanto da identidade árcade e pastoril quanto das obras produzidas por eles. Ver: GARÇÃO, Pedro Correia (et al). *Estatutos da Arcádia Lusitana*. Lisboa: Edições Vercial, 1756.

identificada uma variedade de nacionalidades instaladas na capital francesa, fazendo com que essa se destacasse também na produção e difusão de materiais impressos produzidos em outras línguas. Segundo apontado por Diana Cooper-Richet (2009), a impressão em língua estrangeira agradava tanto aos eruditos e especialistas quanto aqueles estrangeiros que visitavam ou residiam em Paris.

Segundo proposto pela historiadora, foram publicados cerca de 560 títulos em português no solo parisiense entre os anos de 1797 e 1850, gerando uma média de 30 publicações anuais empreendidos por casas tipográficas comandadas por nomes como Jean Pierre Aillaud, Francisco Rolland, Junio Constance de Villeneuve, Martin Bossange, Pierre Plancher, a família Didot, Baptiste-Louis Garnier e Louis Mongie – que além de investirem na publicação de obras lusófonas em Paris, também se mudaram para o Brasil a fim de empreender publicações em solo sul-americano. O momento também era oportuno para a inserção de tais impressos no Brasil, que começou a receber um volume considerável de livros exportados pela França – que inflava o cenário de insatisfação da colônia em relação à metrópole portuguesa (COOPER-RICHET, 2009).

Complementar ao comércio de obras lusófonas, o momento também foi marcado pelo surgimento de intelectuais que começaram a refletir sobre a produção literária em Portugal,¹⁰ conjecturando certa linearidade em um discurso sobre a história da literatura de língua portuguesa. Dentre aqueles, destacarei a contribuição de Ferdinand Denis (2018) que enriqueceu não apenas a construção de um discurso sobre literatura portuguesa, mas também dedicou grande parte de seus estudos a entender a literatura de língua portuguesa produzida no (e para o) Brasil. Conforme apontado por Regina Zilberman (2018), o destaque na produção de Denis está na dissociação entre Portugal e Brasil na compreensão da estrutura e história literária de ambas as nações. Ferdinand Denis foi o primeiro a dividir as literaturas de língua portuguesa entre dois grupos: o núcleo brasileiro e o português. Tal discernimento será um forte aliado dos intelectuais brasileiros na transição entre os séculos XIX e XX que buscam legitimidade e emancipação cultural para o Brasil.

¹⁰ Consideraremos aqui as contribuições de Jean-Claude Laborie (2013) e Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016) na interpretação de tais indivíduos enquanto agentes mediadores, ou *passeurs culturels*, na formulação de um conhecimento baseado na condensação de um vasto conhecimento para contribuir com o alcance do cultural e científico em seu país. VER: LABORIE, Jean-Claude. Estudo de mediações: o caso Ferdinand Denis. *Ponto e vírgula*: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, n. 13, 2013, p. 66-77; GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais Mediadores*: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

O Hissope no Brasil Modernista: apontamentos iniciais

No Brasil, *O Hissope* ocupou um lugar cômodo e favorável para a sua perpetuidade. Eternizado nas análises de Ferdinand Denis, Teófilo Braga, Manuel Joaquim Pinheiro Chagas e Camilo Castelo-Branco, o poema configurou-se como importante obra do século XVIII português – que, por outros diversos fatores, estava diretamente relacionado ao cenário brasileiro. A longevidade da obra atravessou as décadas e se fez presente em momentos importantes para a construção e consolidação da identidade e memória brasileiras, mas a figura de Cruz e Silva ainda despertava o questionamento daqueles que refletiam sobre a literatura enquanto expressão da essência de uma nação.

O primeiro contato do poema com o território brasileiro foi em 1843, quando *O Hissope* foi incluído numa série de publicações que visavam a difusão da produção cultural francesa para o público familiar nas páginas do periódico *Museo Universal*, da tipografia do francês Junius Villeneuve, um dos muitos editores que expandiu o mercado de livros em Paris para o Brasil (SANTANA JÚNIOR, 2019). Entre outubro de 1843 e março de 1844, todos os cantos d'*O Hissope* foram publicados separadamente entre as edições do periódico. De tais publicações no *Museo Universal*, nasceu uma compilação posterior, intitulada *Archivo poético, ou seleção de poesias escolhidas* – publicada em 1853 sob selo da Typografia Imp. e Const. De Junius Villeneuve. Esta seria a única edição do poema impressa como livro no Brasil.¹¹

O autor, por sua vez, já era amplamente reconhecido pelos intelectuais brasileiros. Mas não pela relação que possuía com o Brasil, proveniente dos anos que residiu no país enquanto atuava como Desembargador e Chanceler da Relação, tampouco pelo domínio das letras ao relatar as paisagens brasileiras em sua versão das *Metamorfoses*, ou sua participação na fundação da Arcádia Lusitana. Sequer as homenagens tecidas por Machado de Assis (SILVA; CEZAR, 2014) suprimiram da memória sobre o autor sua participação no julgamento dos réus da Inconfidência Mineira. Considerado por alguns como traidor de seus amigos de letras, pelo fato de Cruz e Silva ter sido colega de classe de Claudio Manuel da Costa em Coimbra (TEIXEIRA, 1999), o jurista e poeta foi frequentemente questionado por aqueles que buscavam formular uma perspectiva de nação a partir dos escritos literários brasileiros.

Contudo, os questionamentos à figura de Cruz e Silva estavam associados a um momento político, estético e ideológico da elite intelectual brasileira do final do século XIX. O objetivo das críticas não era apenas entender (ou atacar) o autor, mas estabelecer certa

¹¹ A única cópia da referida edição está armazenada na biblioteca da Universidade de Wiconsin, nos Estados Unidos da América, sem possibilidade de acesso por meio virtual.

independência intelectual – que, conforme defendido por Bernardo Ricupero (2004), se dá pela literatura.

Para os homens, e algumas poucas mulheres, que começam a ter atuação política e literária na época que se segue à independência da maior parte das antigas colônias ibéricas na América, a tarefa principal que se impõe é definir mais precisamente a identidade política e cultural desta parte do globo tão recentemente colocada em contato com as outras (RICUPERO, 2004, p. 12)

A necessidade de formação de uma identidade nacional não era exclusiva ao Brasil, mas o Brasil foi um dos únicos países da América Latina que não abraçou uma identidade colonizadora. Buscou-se construir algo novo e que se destacasse em relação aos demais países da América Central e do Sul. Dessa forma, “o romantismo caiu como uma luva às necessidades da elite intelectual brasileira do século XIX que, tendo formalizado a independência, necessitava criar um discurso identitário próprio” (MONTEIRO, 2009, p. 211). Desse modo, a transição entre os séculos XIX e XX no Brasil, ao menos no âmbito literário, foi marcada por debates que giravam em torno de uma herança portuguesa contra a autonomia brasileira em sua produção artística e literária. “Foi com base nesse norte que vários intelectuais, entre 1840 e 1870, buscaram ler o passado literário pré-romântico e buscar estabelecer os fundadores da literatura brasileira” (MONTEIRO, 2009, p. 214) para estabelecer o que era ser brasileiro a partir do imaginário literário. Projeto que já havia começado, no início do século XIX, por intelectuais estrangeiros como Almeida Garrett e Ferdinand Denis (MONTEIRO, 2009).

Banhando-se no romantismo brasileiro, o modernismo buscou redescobrir o Brasil por outra perspectiva. Ao modernismo brasileiro, cabe uma compreensão que escapa à ideia de uma origem essencial da pura identidade. Contudo, e respeitando a delimitação traçada por André Monteiro (2009), o modernismo aqui compreendido diz respeito àquele vinculado a Mário e Oswald de Andrade. Desconsiderarei, neste breve artigo, os modernismos do verde-amarelismo e o chamado romance modernista dos anos 30 que estão vinculados “às ideologias identitárias dominantes no romantismo canônico” (MONTEIRO, 2009, p. 216). Reduzindo ainda mais o recorte conveniente a este texto, focarei nos escritos de Oswald de Andrade, em *A Utopia Antropofágica* sobre *O Hissope* e seu autor.

Conforme apresentado por Jorge Schwartz (1995), Oswald de Andrade era um autor altamente envolvido com a realidade social e seu ideário antropofágico, “ainda na década de 1920, revela um homem preocupado em resolver as candentes questões de dependência cultural” (SCHWARTZ, 1995, p. 87), principalmente aquelas sobre o Brasil em relação à Portugal. Reconhecido como importante figura na literatura portuguesa e brasileira, Cruz e

Silva era frequentemente associado às inconfidências e aos movimentos literários que surgiram no país a partir de então.

Compreendendo a partir do conceito de *intelectual engagé*¹², o vanguardista considerava como moderno todo e qualquer movimento artístico que se opunha ao passado. Para ele, modernos seriam “o barroco em relação ao romantismo, o renascimento em relação ao classicismo, o simbolismo em relação ao realismo ou as vanguardas em relação ao academicismo” (SCHWARTZ, 1995, p. 88). Dessa forma, abrir o seu manifesto antropofágico com uma reflexão sobre a influência dos poetas inconfidentes e criticando acidamente Cruz e Silva delimita não apenas sua revolta em relação à dependência cultural do Brasil para com Portugal; como também sua insatisfação perante a personalidade burguesa de Cruz e Silva.

Na biografia elaborada por Andrade sobre Cruz e Silva, nos é apresentado um jurista que agia conforme os mandos e desmandos da Corte Portuguesa, característica frequentemente criticada por Andrade. Quando comparado ao seu colega de letras, Padre António Correia Garção, fica evidente o tipo de intelectual que é valorizado pelo modernista. Sobre este, Andrade afirma que “à Garção não sobre só o estro, mas também o caráter” (ANDRADE, 2011). O episódio no qual Cruz e Silva condena os inconfidentes mineiros ficará marcado por Oswald de Andrade como o momento em que ele traiu¹³ os intelectuais.

Desse modo, Andrade estabelece certo distanciamento de Cruz e Silva e aversão ao suposto perfil europeu que ele representa, condenando o aparente alinhamento aos mandos e desmandos da Coroa Portuguesa que, sob a ótica de Andrade, comprometeram o desenvolvimento pleno da literatura brasileira (ANDRADE, 1990). É interessante observar que as principais críticas de Andrade sobre o jurista giram em torno de sua origem portuguesa que o ausentaram das mazelas sofridas pelo povo brasileiro – consideradas fundamentais, pelo modernista, para a produção literária realmente pertinente ao Brasil.

Contudo, até mesmo Oswald de Andrade tece elogios ao *Hissope*. Ressignificado por leitores para fins revolucionários, apropriado pela França para cumprir um viés de desmantelamento do Antigo Regime e promover a queda da Coroa Portuguesa, os cantos sobre o deão Carlos de Lara recebem o prestígio pelo vanguardista, sob o cuidado de dissociar tal obra de seu autor. Sua excelência se dá pelo uso atribuído por terceiros, provavelmente superando as expectativas de Cruz e Silva e, certamente, sobressaindo-se em relação ao mesmo.

¹² VER: SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Trad. Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

¹³ VER: BENDA, Julien. *A Traição dos Intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Oswald. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- BENDA, Julien. *A Traição dos Intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BRAGA, Teófilo. *Arcádia Lusitana*: Garção, Quita, Figueiredo, Diniz. Porto: Livraria Chardron, 1899.
- CARVALHO, Francisco Augusto Martins de. *As edições do "Hyssope"*: apontamentos bibliographicos. Coimbra: Casa Tipographica, 1921.
- CASTELO-BRANCO, Camilo. *Scenas Innocentes da Comedia Humana*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1863.
- CRUZ E SILVA, Antonio Diniz da. *O Hyssope*, poema herói-comico. Paris: sob falsa tipografia londrina, 1802.
- CRUZ E SILVA, António Diniz da. *O Hyssope: poema heroe-comico em 8 cantos*. Barcellos: Typ. da Aurora do Cavado, 1876, p. V-XLIV.
- DENIS, Ferdinand. Notice biographique sur Antonio Diniz da Cruz e Sylva. In: CRUZ E GARCÍA-MARTÍN, Ana Maria. O Hissope de nove cantos: uma versão pouco conhecida do poema heróico-cômico. *Revista Internacional de Cultura e Ciência*, n. 2, Elvas, 2004, p. 15-42.
- LA SERNA, Jorge Antonio Ruedas. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: Editora da USP, 1995.
- MONTEIRO, André. Romantismo e modernismo: a construção do cânone de nacionalidade na literatura brasileira. *Revista Verbo de Minas*, v. 8, n. 15, jan./jun. CESJF. Juiz de Fora. 2009. Pp. 211-223. Acessível em: https://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/Numero%2015/12_Andre.pdf
- PINHEIRO, Ana Virgínia. Os manuscritos literários da Biblioteca de D. João, Príncipe Regente de Portugal. *Convergência Lusitana*. Número especial, 2002, p.59-70.
- RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas Latino-Americanas*. Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos. São Paulo: Edusp, 1995, p. 45-95
- SILVA, Lucas Henrique da; CEZAR, Adelaide Caramuru. “O País das Quimeras (conto fantástico)” (1862) de Machado de Assis: sua estrutura e peculiaridades, 2014. Disponível em: < http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/lucashsilva1.pdf>. Acessado em 17 jul. 2021.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*: Basílio da Gama e a poética do encômio. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.
- ZILBERMAN, Regina. Almeida Garrett e o cânone romântico. *Via Atlântica*, n. 1, março, 1997, p. 54-65.